

KANT CONTRA O SILOGISMO DA IDEALIDADE: NOTAS SOBRE A REFUTAÇÃO DE 1781¹

Pedro Costa Rego²
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pesquisador do CNPq

Ao final de sua discussão dos Paralogismos na primeira edição da *Crítica da Razão Pura* (CRP)⁴, numa seção conclusiva intitulada “Reflexão sobre o conjunto da psicologia pura em consequência destes paralogismos” (A381), Kant propõe uma classificação qualitativa para o gênero argumentativo que ele chama de “objeção”. Seu interesse é aqui claramente o de reiterar e esclarecer retrospectivamente a natureza precisa da impugnação que sua filosofia crítica pretende impetrar contra os abusos da chamada psicologia racional. Esta classificação das objeções é, assim, um sumário de como se pode refutar em geral, e uma preparação da explicação de como se deve refutar o autor dos paralogismos. Peço permissão para citar dez linhas dessa passagem, suprimindo as considerações de Kant sobre as chamadas objeções de natureza cética, que não nos interessarão aqui.

Todas as *objeções*, afirma Kant, podem se dividir em *dogmáticas*, *críticas* e *céticas*. A objeção dogmática é a que é dirigida contra uma *proposição*; a objeção crítica, contra a *prova* de uma proposição. A primeira [dogmática] necessita de um conhecimento completo da natureza do objeto para poder afirmar o contrário daquilo que a proposição enuncia respeitante ao objeto. É, pois, dogmática e pretende conhecer melhor do que a parte adversa a natureza da coisa que está em questão. A objeção crítica, porque deixa de lado o valor ou não-valor da proposição e ataca apenas a prova, não necessita absolutamente nada conhecer melhor o objeto ou arrogar-se um melhor conhecimento do mesmo; mostra apenas que a afirmação é sem fundamento, mas não que seja falsa (A388).

Com esse sumário classificatório, Kant claramente pretende caminhar na direção de um destaque do caráter disciplinar da *Crítica*, contra pretensões doutrinárias, extensivas e dogmáticas de qualquer psicologia racional, e particularmente daquela que proliferou no solo do chamado realismo transcendental. Trata-se, portanto, de um esclarecimento pedagógico da sentença de B421 sobre o destino dos Paralogismos.

Não há pois, uma psicologia racional que, como doutrina, aumente o nosso conhecimento de nós próprios; só como disciplina, que fixa neste campo limites inultrapassáveis à razão especulativa, para que não se entregue, por um lado, ao materialismo sem alma, e por outro, não se perca nas extravagâncias de um espiritualismo sem fundamento para nós na vida.

No que segue, gostaria de propor, de modo deliberadamente provocativo, mas também estratégico, que, ao contrário do que se aceita consensualmente, e ao contrário do que Kant explicitamente defende na sua classificação, a objeção da *Crítica* ao autor dos Paralogismos não é simplesmente uma *objeção crítica*. Mais precisamente: considerado o conjunto da reflexão kantiana sobre o tema central do Quarto Paralogismo (doravante QP), a objeção kantiana ao seu autor, isto é, ao chamado idealista cartesiano, ou idealista problemático, é uma *objeção dogmática*. Com isso quero dizer que, para Kant, nunca se tratou *apenas* de provar que a prova da tese idealista do QP é sem fundamento. É que, dada a estrutura do silogismo a ser refutado, ao impugnar o que se apresenta como o único motivo para se duvidar da existência do mundo externo - a saber a tese de que ele não é objeto de percepção imediata -, Kant não chega à conclusão meramente “crítica” de que não temos critérios para saber se a existência do mundo externo é ou não duvidosa. Antes, ele compromete-se com a tese positiva de que o mundo externo – dos fenômenos espaciais – existe e é cognoscível. Ao final, indicarei brevemente que essa atitude “dogmática” não é exclusiva da refutação presente no QP. O conjunto da reflexão kantiana contra o idealismo envolve uma defesa explícita de que a tese idealista sobre a existência do mundo externo é uma proposição que tem valor de verdade determinável. E, o que é mais surpreendente, ela é, num certo sentido, verdadeira, num certo sentido, falsa, dependendo tanto do texto kantiano que tomamos por base - se a Refutação de 81 ou a de 87 -, quanto da aceitação em que se toma a expressão “mundo externo”, ou “coisas fora de nós” no primeiro desses textos. Em todo caso, ela não é jamais uma proposição indecidível. O motivo pelo qual Kant não pode suspender seu juízo acerca do conteúdo da conclusão do silogismo da idealidade é que esta conclusão, dependendo de como são tomados os seus termos, ou bem nega, ou bem confirma diretamente toda a teoria da objetividade do idealismo transcendental.

Para essa hipótese começar a fazer sentido, é preciso antes de mais nada identificar o interlocutor kantiano do QP cuja tese é o alvo da objeção, que chamei de dogmática, do autor da *Crítica*. Digo isso porque a segunda edição da *Crítica* subverte completamente o perfil original desse interlocutor, que é o que propriamente nos interessa aqui. Eis então as questões que pretendo encaminhar, por ordem. Em primeiro lugar, no que consiste a tese realmente relevante para o kantismo do autor do QP da Dialética Transcendental. Em segundo, por que a verdadeira resposta kantiana a essa tese não tem nada a ver com uma objeção crítica.

Como bem se sabe, a seção do Paralogismos da Razão Pura é uma das que foram inteiramente rescritas na segunda edição da *Crítica*. Para muitos intérpretes, o motivo disso é

precisamente o QP, cuja elaboração na primeira edição acabou parecendo a Kant, quanto ao tema, mais próxima do que deveria ser uma refutação do idealismo e um complemento da teoria da objetividade na parte analítica da obra. Assim, o longo QP de 81 dá lugar a um parágrafo de oito linhas na edição de 87, e a discussão original, bastante alterada, migra para o final da Analítica dos Princípios. A esse movimento corresponde uma ambígua transformação na tese do autor do QP. Em uma frase, o que era uma dúvida acerca da existência da matéria, dos corpos no espaço, das coisas fora de nós, enfim, do mundo externo, aparece no novo texto da Dialética como uma afirmação caricaturalmente dogmática da permanência da alma após a corrupção corpórea. Essa novidade confirma-se quando vemos Kant completar o novo QP de 87 com a inédita seção intitulada “Refutação do argumento de Mendelssohn a favor da permanência da alma”⁵.

Cito então o breve parágrafo em que Kant denuncia e contesta esse Paralogismo na versão final:

Distingo a minha própria existência, como ser pensante, de outras coisas exteriores a mim (em que o meu corpo se inclui). Esta é igualmente uma proposição analítica, pois que as outras coisas são as que penso distintas de mim. Mas nem por isso sei se esta consciência de mim será possível sem as coisas fora de mim, por intermédio das quais me são dadas representações e se eu poderia existir apenas como ser pensante (sem ser homem). (B409)

Nas primeiras duas frases, Kant retoma a estratégia metodológica de discussão do Primeiro Paralogismo, que consiste em mostrar, de início, o que um psicólogo racional, crítico e disciplinar, tem o direito de pensar. Nas duas últimas frases, a denúncia da sub-repção metafísica, ou: como o psicólogo racional sucumbe à ilusão transcendental.

Assim, defende Kant, é perfeitamente lícito distinguir em pensamento, por um exercício de abstração, aquilo que é pensado, em toda a sua diversidade, daquilo que é condição do pensamento do diverso, isto é, a unidade do ato da ligação desse diverso no pensamento. Essa distinção lícita é dita analítica porque é uma mera explicitação do que já admitimos e temos que admitir quando dizemos que pensamos algo.

Mas o que o psicólogo racional não pode fazer, prossegue Kant, é concluir, a partir dessa análise, a possibilidade da existência da unidade do ato de pensar independente daquilo de que essa unidade é, até onde podemos saber, *apenas* o princípio de ligação. Com efeito, aqui, a conclusão de que eu posso existir sem mundo, sem as coisas, sem o não-Eu, não se segue da premissa, que é meu direito de distinguir em pensamento o Eu que pensa daquilo que é pensado. De um modo geral, a denúncia desse tipo de *non sequitur* é a essência da objeção de Kant nos quatro paralogismos da versão final da *Crítica*. Mais que isso, ela nivela não só os autores dos quatro paralogismos, mas os adversários da Dialética em geral: o psicólogo racional, o cosmólogo racional e o teólogo racional. Todos eles, segundo Kant, saltam de uma proposição analítica pela qual explicitam notas de um certo conceito para proposições pretensamente sintéticas e extensivas para cujo conceito-sujeito, entretanto, falta intuição e critério de decisão veritativa.

No caso específico em questão, o psicólogo racional que aparece como alvo do QP na edição de 87, assim como interlocutor deste paralogismo na edição de 1781, é descrito como alguém que afirma a existência do Eu pensante independente. Mas, sintomaticamente, aquilo de que ele se afirma como independente é chamado por Kant no novo texto de “corpo”. Na mesma direção, o novo personagem construído por Kant afirma que pode existir como ser pensante “sem ser homem”, isto é, que pode ser uma alma independente do corpo.

Graças a essas expressões, o autor do QP B é apresentado como sendo rigorosamente o mesmo que o autor do Primeiro Paralogismo. Ele é alguém que já tomou de saída o Eu pensante como uma substância, ou uma alma, e assim raciocina: dado que eu, que penso, existo como uma coisa - sub-repção do Primeiro Paralogismo -, e não como um mero ato de ligação, e dado que eu distingo essa minha existência, indubitável em função do *cogito*, da existência duvidosa das coisas que eu penso - as quais, não sendo Eu, isto é, alma, só podem ser corpos -, concluo que eu sou uma coisa que indubitavelmente existe independentemente da existência de corpos.

Com essa decisão por nivelar o personagem dos paralogismos, Kant se compromete com duas teses: a primeira, a de que o metafísico responsável pela hipótese do sujeito é o mesmo que o teólogo defensor da imortalidade da alma. A segunda, a de que o único e mesmo interlocutor e porta-voz do conjunto dos paralogismos é refutável através de um tipo de objeção chamada “objeção crítica”.

O projeto é bem sucedido. Nenhuma dessas teses é falsa. Com efeito, quanto à primeira, toda prova da imortalidade tem que pressupor que o Eu pensante é mais do que um mero princípio lógico de ligação de representações. E quanto à segunda, seria absurdo considerar como uma intenção da Dialética kantiana a tarefa mostrar que as proposições da psicologia racional metafísica são falsas; que a alma não é imortal, mas corruptível, que não existe uma substância pensante etc. Como reza a cartilha do kantismo, essas proposições, seja qual for a qualidade da função lógica em que elas se expressam, são indecidíveis, e não falsas, na medida em que não está disponível aquilo que seria o único fundamento da sua decidibilidade, a saber, a intuição.

O que é digno de nota, entretanto, e é, num certo sentido, lamentável, é o desaparecimento, na nova versão dos Paralogismos, do chamado “idealista problemático” por trás da sombra do teólogo metafísico. Minha hipótese aqui é que o Kant revisionista de 87 reduz a rica e desafiadora figura do autor do QP, que na edição de 81 é chamado de “bem feitor da razão humana [...] que nos obriga a abrir bem os olhos [...] e a não aceitar imediatamente como posse segura aquilo que tenhamos obtido por surpresa”, à figura já mapeada do psicólogo racional que flerta com a teologia metafísica (A377/8). Para defendê-la, eu gostaria começar lembrando que o defensor do QP original é um cético, e não um crédulo. Mais que isso, é um cético radical, chamado “cético ontológico”, que, diferentemente do cético meramente epistemológico, põe em dúvida não o conhecimento objetivo – que pode ser o conhecimento de objetos representacionais -, mas a existência de um mundo externo. Se no QP de 87 ele é uma espécie de versão teológica do realista transcendental, no de 81, ele é originalmente outro que não o realista transcendental. Mais precisamente, ele é, na descrição kantiana, um realista transcendental decepcionado. Kant faz questão de o apresentar já nas primeiras linhas com alguém que não acredita mais no projeto racionalista dogmático, sem o fazer se pronunciar sobre – e muito

menos aderir a – a tese da substancialização do Eu, tão cara aos defensores dos três primeiros Paralogismos. O cético do QP não advoga a corruptibilidade dos corpos em oposição à imortalidade da alma. Ele simplesmente duvida de qualquer ontologia (seja a do corruptível ou a do incorruptível) para além dos atos de consciência do *cogito*.

Eis no que consiste propriamente a posição do adversário de Kant no QP original jogado fora: considerando como duvidosa a existência daquilo de que não se tem percepção imediata, esse personagem apenas não sabe se existe algo *correspondente às e fora das* suas ideias ou representações de coisas. Ele é chamado por Kant de idealista cartesiano, não em referência ao Descartes do sistema completo das Meditações, bem entendido, mas apenas ao Descartes que pára na indubitabilidade do *cogito* e sustenta, ao menos provisoriamente, que apenas a realidade dos meus atos de consciência não pode ser negada sem contradição. A única realidade indubitável para esse adversário é a daquilo de que tenho percepção imediata, por oposição à duvidosa realidade, tão buscada pelo realismo transcendental, obtida pela mediação de uma inferência causal.

Pois bem, é claro que tanto o teólogo metafísico da edição de 87, quanto o defensor do Primeiro Paralogismo em ambas as edições, inveterado advogado da substancialização do sujeito do pensamento, partem em uníssono da certeza de si ou de suas próprias representações imediatamente percebidas para, em seguida, defenderem a existência substancial da alma e sua permanência para além da corrupção corpórea. O que é relevante entretanto é que *nem todo idealista problemático precisa ser psicólogo racional ou teólogo metafísico*. O título de idealista “cartesiano” não é argumento em contrário. Afinal, se Kant chama de cartesiano o Descartes que não chega na sexta Meditação (já que o que chega não duvida da existência do mundo externo), também pode chamar de cartesiano aquele idealista que se detém na constatação da indubitabilidade do ato unificado do pensar e chama de imediato e indubitável apenas o objeto intencional do pensamento, e não os conteúdos pertencentes a uma *coisa* que pensa.

O que estou propondo aqui é o texto original do QP silencia, intencionalmente ou não, sobre a herança teórica da psicologia racional e cala a caricatura do metafísico dialético, construindo um personagem destoante e sutil – “benfeitor da razão humana” - na turma dos adversários do kantismo. Kant sabe muito bem que o “Eu penso, Eu existo” de Descartes não é um raciocínio metafísico ou teológico, e que não é nem mesmo um raciocínio. Assim formulada, a proposição do *cogito* é irretocável e perfeitamente compatível com o sistema do criticismo. Tenho consciência imediata dos meus atos representacionais e, pelo simples fato dessa consciência, eles indubitavelmente existem. O problema recai, para Kant, evidentemente, sobre a sub-repção da hipóstase, que é um passo *adicional* e não precisa ser dado. O erro que Kant atribui ao autor do QP original, figura muito menos caricatural do que sua versão de 87, é, a rigor, para o próprio Kant, mais um erro semântico do que metafísico. Isso será esclarecido no que segue.

Por hora, importa que o Kant de 81 está tentando refutar alguém que *pode* duvidar da existência do mundo externo sem afirmar a hipóstase do eu pensante e/ou sua imortalidade. Esse personagem original é particularmente interessante para o kantismo porque ele afirma apenas que é possível, até que se prove o contrário, que não exista nada *que não seja representacional*. Sua tese não está na proposição dogmática de que eu sou uma coisa, mas sim no desafio

cético a que se demonstre que há algo além do Eu; que se prove que existe algo para além do domínio representacional dos meus atos de consciência, pouco importando qual seja a natureza desse Eu. Enfim, esse interlocutor é particularmente interessante para o kantismo precisamente porque ele flerta com o kantismo. Porque não só não é absurdo, como é correto, não sem ressalvas e esclarecimentos, bem entendido, chamar de kantianas as teses de que o mundo externo é meramente representacional e de que é duvidosa e indecidível a existência de algo para além do domínio representacional.

É por causa da ambiguidade da discussão kantiana com esse interlocutor - chamado de idealista problemático, em minha opinião, porque perigosamente próximo do idealismo transcendental de Kant -, que inúmeros intérpretes e filósofos receberam o kantismo de 1781 com as clássicas acusações de paroxismo do idealismo, idealismo recauchutado, idealismo sistemático, sofisticado, etc⁶. Porque ninguém entendeu qual é a diferença essencial entre o idealismo transcendental e o idealismo cartesiano problemático do QP original, Kant tanto teve que se explicar e se reexplicar nos *Prolegômenos* e na edição B da *Crítica*. Haja vista sua reação feroz conta a recensão de Feder e Garve, a cunhagem do título “idealismo formal” etc.

Duas parecem ser as razões para Kant, seis anos depois, ter tirado o idealista material cartesiano, problemático e empírico da Dialética e colocado na Analítica: a primeira é que, se for o caso de provar que há algo para além do domínio das representações subjetivas, essa prova se inscreve no projeto epistemológico e cognitivo de um idealismo transcendental digamos, mais realista, comprometido com a tese de que, ainda que não conheçamos as coisas tais como elas são em si mesmas, conhecemos elas mesmas, a saber, tais como nos aparecem. Para essa posição gnosiológica, é claro que as coisas *são* algo independentemente de serem representadas. E se o são, não parece em nada absurdo pretender provar que o são. Assim, a refutação do idealista cartesiano pertenceria ao projeto positivo de explicação dos elementos envolvidos no conhecimento objetivo.

A segunda razão para o remanejamento da Dialética para a Analítica: Kant teria percebido que se, de um lado, o método de refutação do realista transcendental é o método da objeção crítica, na medida em que ele é um filósofo dogmático, o método de refutação do idealista cartesiano, que não é um filósofo dogmático, mas sim um cético problemático, não é o método da objeção crítica. Logo, o idealista cartesiano está no lugar errado.

No que consiste então a posição kantiana em relação ao idealista cartesiano original e autêntico, e por que ela não tem nada a ver com o método da objeção crítica?

Chamei acima de “semântico” o erro que Kant denuncia no raciocínio do cético cartesiano encontrado no QP da primeira edição da *Crítica*. Com efeito, para Kant, o que faz do silogismo da idealidade um paralogismo é apenas a acepção segundo a qual o seu autor, idealista cartesiano, toma o termo menor do raciocínio.

Seja então esse silogismo. Premissa maior: uma existência que não é objeto de percepção imediata, podendo no máximo ser inferida como causa de percepções imediatas, é duvidosa; premissa menor, os “fenômenos externos” são tais que da existência deles não temos percepção imediata; conclusão: a existência desses “objetos do sentido externo” é duvidosa.

A escolha do termo menor do silogismo - “fenômenos externos” - deixa claro que Kant não tem nenhuma intenção de esconder sua estratégia argumentativa contra adversário idealista. Com toda a sinceridade hermenêutica: o idealista cartesiano não duvida da existência dos “fenômenos externos”; ele duvida da existência do “mundo externo”. Certamente não é por um capricho terminológico que Kant prefere, como termo menor, a expressão que tem o carimbo do idealismo transcendental. Assim como também não é anódina a escolha por chamar, na conclusão do argumento, de “objetos do sentido externo” aquilo que é apresentado como estando sob a dúvida cética.

Kant sabe muito bem que o que o cartesianismo faz de distintivo é pressupor a assimilação entre extensividade e ipseidade. Dito de outro modo, como todo realista transcendental, Descartes entende que o que se diz estar *fora de nós*, a saber, o mundo externo, a matéria, os corpos, os objetos no espaço, se diz aí estar como *coisas em si mesmas*, como um substrato ontológico num espaço independente das condições da representação. Portanto, Kant também sabe bem que a dúvida do cético cartesiano não incide sobre os “fenômenos externos”, ou sobre “objetos do sentido externo” *tout court*, mas sim sobre esses objetos *na medida em que* eles são tomados como coisas em si mesmas, ontologicamente independentes de nossas faculdades representativas.

Por que então Kant traduz “mundo externo” por “fenômeno externo”? Porque ao trazer assim a discussão para o seu idioma, pode impor ao seu interlocutor uma interpretação e uma concepção da externalidade que é, para ele, Kant, inteiramente conveniente, e que é ao mesmo tempo inteiramente estranha ao seu adversário. Com efeito, é apenas no sistema kantiano que a matéria e os corpos no espaço são “fenômenos”, isto é, representações *do e no* sujeito, isto é, algo de *interno num certo sentido*. Eis então a chave da refutação: dado que *no contexto do idealismo transcendental*, a matéria, os corpos, os objetos “externos” são meramente representacionais, a saber, fenômenos espaço-temporais, eles são tão imediatamente perceptíveis quanto os tradicionais objetos do sentido interno, isto é, quanto nossos estados mentais temporais sem espacialidade. Assim, se o único argumento disposto pelo o idealista cartesiano para justificar a sua dúvida acerca da existência do mundo externo era a tese de esse mundo não ser imediatamente acessível na percepção - e por isso apenas suspeitamente “inferido” como causa de percepções -, pensa Kant, “na nossa teoria desaparece a dificuldade...” (A370). O mundo externo desfruta aqui da mesma indubitabilidade assegurada a todo ato representacional de consciência, na medida em que ele não é nada além do correlato imediato, objetivo mas interno, da consciência que temos de algo como ocupando no espaço uma posição diferente da nossa. Logo, o mundo externo existe, pelo mesmo motivo de que existe o mundo interno, correlato intencional de nossos indubitáveis atos de consciência.

Resumindo então até aqui a refutação kantiana:

O idealista cartesiano duvida da existência da matéria e dos corpos porque os toma como coisas em si existindo independentemente do aparato representacional do sujeito. Mas ele erra ao ver tudo desse modo. Erra, segundo Kant, porque ele deveria saber que a matéria e os corpos no espaço são, nos termos idealistas do kantismo, “meros fenômenos, isto é, simples modos de

representação, que nunca se encontram senão em nós” (A372). “O próprio espaço, com todos os seus fenômenos, como representações, só existe em mim” (A375).

Note-se *en passant* que não há na argumentação do QP sequer uma tentativa de prova de que a matéria e os objetos no espaço não são coisas em si, e sim representações. Se portanto o idealista cartesiano deveria saber isso, é porque a refutação de 81 supõe todas as conquistas do idealismo transcendental, particularmente da Estética Transcendental, não sendo portanto um argumento independente. Mas isso é apenas uma observação.

Prosseguindo então: pressuposto e admitido que a matéria e os corpos no espaço são meras representações fenomênicas, elas são, por assim dizer, “internas”; se são internas, sua existência é objeto de percepção imediata; como é duvidoso apenas o que não é objeto de percepção imediata, mas sim objeto de inferência causal a partir de percepções imediatas, segue que a existência da matéria e dos corpos no espaço está fora de dúvida.

Vou deixar aqui deliberadamente de lado todos os defeitos e pressuposições dessa estratégia e sublinho apenas o ponto de que essa prova de Kant não se presta a uma objeção meramente crítica. Com efeito, ela não conclui que a proposição do adversário é meramente infundada e indecidível em seu valor de verdade. A proposição que afirma a possibilidade da inexistência (ou a dubitabilidade da existência) da matéria e dos objetos no espaço é, para Kant, uma proposição falsa, e sua contraditória é verdadeira. Não é possível que o mundo externo inexista; na acepção crítica do termo, ele necessariamente existe, sendo ao mesmo tempo objeto de percepção imediata e condição da existência indubitável nos nossos estados mentais.

Ora, é claro que a estratégia de Kant consiste em denunciar inconsistência no raciocínio idealista, e com isso atacar a prova, mostrando “que a afirmação é sem fundamento” e que seu interlocutor não tem o direito de concluir o que conclui. Mas isso é somente um disfarce para a lição propriamente dogmática que Kant tem guardada. É que se o idealista material é apresentado como dispondo de apenas um motivo para duvidar do que duvida, a desconstrução, que chamei aqui de semântica, desse motivo implica a admissão da indubitabilidade e impõe a tese positiva de uma existência. Denunciada a falácia na prova do idealista cartesiano, segue que o mundo externo existe, e não que não posso saber se ele existe ou não existe, devendo eu suspender o meu juízo.

Um argumento adicional para a tese de um entusiasmo mais dogmático do que crítico do refutador do QP. Na sequência do texto, Kant parece passar à consideração de uma objeção do idealista – supostamente já refutado – à recém estabelecida posição da existência do mundo externo. Com efeito, a discussão que segue é claramente voltada contra uma espécie de cético contumaz que, surpreendentemente, põe-se a especular sobre se nossas percepções imediatas de fenômenos espaciais poderiam ser ilusórias e obra de alguma faculdade oculta em nós. Pelo menos é o que temos que inferir quando observamos Kant desfilar pelo menos três argumentos que levam a sério a hipótese aparentemente absurda da irrealidade, ou do caráter ilusório, de uma experiência externa perceptivamente imediata. Esses argumentos visam a provar que uma experiência externa *real*, e não ilusória, é condição da possibilidade da consciência que temos dos nossos próprios estados mentais⁷. Deixando de lado a oportunidade e a consistência desses

argumentos, sublinho apenas que tampouco aqui se trata de atacar criticamente o fundamento de uma prova dogmática, mas antes, de fornecer uma. Se antes não se tratava de deixar suspenso o juízo existencial, tampouco agora se trata de concluir “criticamente” que não posso saber se a experiência externa dos fenômenos espaciais é real ou ilusória.

A parte mais interessante da descartada refutação de 81 é o que segue. Até aqui, o que vemos é um Kant pedagógico ensinando ao idealista cartesiano a doutrina da filosofia transcendental e como seu aluno deve entender a expressão “mundo externo”. Mas isso, é claro, não é uma refutação, uma *reductio* da posição do adversário. É uma aula doutrinal. E como não é uma *reductio*, o idealista cartesiano pode recusar muita coisa. Particularmente, ele pode conceder que o que chama de “corpo” e “matéria” seja tomado por Kant como objeto representacional. Guardadas as gigantesca diferenças, até há no sistema cartesiano um certo espaço conceitual para essa concessão, na noção de realidade objetiva das ideias. Seja como for, ele pode conceder um mundo externo internalizado dos objetos representacionais, que seria, para ele, o “fenômeno” de Kant, e pode, ademais, simplesmente alegar que não é absolutamente disso que ele está falando na formulação da sua dúvida.

Vimos acima que corpos e objetos espaciais só têm existência duvidosa para o cartesiano porque ele os entende como algo absolutamente extra-representacional, isto é, fora de nós em sentido absoluto, ou ontologicamente externo. Se corpo e matéria, por obra de uma outra doutrina, vierem a ser subtraídos da extensão *desse* conceito de “fora de nós”, não há problema em conceder que sua existência deixe de ser duvidosa. Mas não significa que a dúvida sobre a existência da externalidade foi eliminada. Na medida em que o conceito de uma coisa absoluta e ontologicamente externa não é um conceito contraditório - e Kant precisa muito de que não o seja -, o idealista cartesiano pode continuar falando dessa coisa... em si, notadamente, formulando a dúvida cética sobre sua existência. Na verdade, sempre foi disso que ele falou na formulação do seu silogismo, quando usou a expressão “mundo externo”, coisas “fora de nós”.

O próprio Kant reconhece, também na descartada refutação A, que o “fora de nós” se diz em dois sentidos. Eu cito.

Porque, entretanto, a expressão: *fora de nós* traz consigo um equívoco inevitável, significando ora algo que existe como *coisa em si*, distinta de nós, ora algo que pertence simplesmente ao *fenômeno* exterior, para colocar fora de incerteza este conceito tomado neste último sentido, que é aquele em que propriamente é tomada a questão psicológica respeitante à realidade da nossa intuição externa, distinguimos os objetos *empiricamente exteriores* daqueles que poderiam chamar-se assim no sentido transcendental, designando-os por coisas que *se encontram no espaço*. (A 373)

Talvez a refutação A de Kant, do QP original, seja eficaz contra esse mencionado psicólogo que aceita a distinção transcendental e duvida apenas da “realidade de nossa intuição externa”. Mas assim estruturada, a refutação é inteiramente anódina contra o cartesiano que duvida da existência dos corpos *enquanto coisas em si*. Poderíamos mesmo dizer que se Descartes conhecesse os termos da distinção transcendental kantiana, adotaria no seu silogismo justamente a outra acepção para a expressão “fora de nós”, e diria: *as coisas (em si) fora de nós* têm uma existência duvidosa, porque no máximo inferida, etc. etc. Seja como for, o cético

cartesiano jamais se disporia ao diálogo refutativo contra Kant renunciando à natureza extra-representacional, “ontológica”, do mundo externo de cuja existência ele duvida. De modo que, com sua escolha semântica, Kant acaba optando por trocar de interlocutor, em vez de reduzir a posição cartesiana.

Convém então considerar a hipótese de o idealista cartesiano convencer o idealista transcendental de que sua dúvida recai sobre o fora de nós no sentido descartado por Kant, isto é, no sentido ontológico. E que ele, ademais, encontre na filosofia transcendental um conceito muito próximo disso, que é o conceito de coisa em si. Eis então como ficaria, ou melhor, como sempre foi, o silogismo da idealidade da relação externa: a premissa maior não muda: “é duvidosa a existência daquilo de que não tenho percepção imediata”; já premissa menor fica: “não tenho percepção imediata das coisas tais como elas são em si mesma (ou simplesmente da coisa em si) e posso no máximo tentar inferi-la como causa de minhas percepções”; e conclusão: “é duvidosa a existência das coisas em si mesmas”.

Kant nunca escondeu sua posição sobre precisamente essa dúvida hipotética. Bem no início do QP A, ele explica no que consiste o idealismo em geral. Nos seus termos, trata-se da doutrina da incerteza dos fenômenos externos: “Designo esta incerteza por idealidade dos fenômenos externos, e a doutrina dessa incerteza chama-se *idealismo*...” (A367). Ora, se a expressão “fenômeno externo” fosse aqui tomada no sentido técnico de Kant de mera representação de algo no espaço, é bastante evidente que Kant não poderia se dizer idealista. O idealismo transcendental não considera incerta a existência de “fenômenos externos” (vimos que esta é a chave do argumento kantiano) e, ainda assim, é idealismo. Para garantir a inclusão de sua própria doutrina na extensão do conceito de idealismo, Kant precisa admitir como incerta a existência do “fora de nós” *em algum sentido*, que certamente não é o de “fenômenos externos”. E ele faz isso declaradamente.

Em A 372-3, usando reiteradamente a modalidade do juízo problemático, Kant afirma que

pode-se sem dúvida admitir que alguma coisa, que pode estar fora de nós no sentido transcendental, seja a causa das nossas intuições externas, mas essa alguma coisa não é o objeto que compreendemos ao falar das representações da matéria e das coisas corporais [...]. O objeto transcendental é-nos igualmente desconhecido, quer se trate da intuição interna quer da externa. Também não está em causa este objeto, mas o empírico...

E adiante: “o idealista mais rigoroso não pode exigir que se prove que à nossa percepção corresponda o objeto exterior a nós (no sentido estrito)” (A 375-6).

Essas teses são bem conhecidas dos manuais de filosofia crítica, e perfeitamente conformes ao espírito da “modéstia epistemológica” que caracteriza a doutrina. Mas aqui eu gostaria de usá-las para sublinhar uma indeclarada cumplicidade e co-autoria de Kant na formulação do silogismo da idealidade. O Kant do QP A define-se como idealista porque, exatamente como o idealista cartesiano, duvida da existência de um fora de nós, cuja possibilidade lógica ele admite em juízos problemáticos. Desse “objeto externo”, não tolera que se lhe exija uma prova existencial, pois que ele é essencialmente incognoscível, e batiza-o, na seção de que nos ocupamos, de

“objeto transcendental”. Portanto, a cumplicidade de Kant em relação ao idealismo cartesiano vai um pouco além do reconhecimento de que a dúvida cética faz sentido *no contexto do realismo transcendental, ou do cartesianismo*.

O que Kant não parece declaradamente admitir - e que tem importantes consequências para a versão final do projeto refutativo em 1787 - é que, abstração feita da assimilação entre a matéria e a coisa em si, o silogismo cartesiano está longe de ser um paralogismo mesmo no contexto do idealismo transcendental apresentado no QP A. No kantismo *dessa seção*, a dúvida cética cartesiana sobre o “fora de nós” faz todo o sentido na medida em que Kant (i) admite conceitualmente “o objeto transcendental, que está na base dos fenômenos externos, tanto aquele que serve de fundamento à intuição interna” (A379) e (ii) afirma a incerteza constitutiva sobre existência do objeto desse conceito, isto é, sobre esse “fundamento, que nos é desconhecido, dos fenômenos...” (A380), ao defender que na Refutação, “não está em questão esse objeto [transcendental]”.

Em suma, Kant não parece ter por objetivo, nesse QP, refutar a doutrina da incerteza do “mundo externo”, se essa expressão for compreendida, segundo o espírito da Primeira Meditação cartesiana, como o domínio do que é ontologicamente independente das nossas faculdades representativas.

Para deixar tudo o mais claro possível, gostaria de registrar e sublinhar que não acredito que corresponda à posição final e refletida de Kant em seu projeto de refutação do idealismo a tese de que, para o kantismo, é indiferente que exista ou não algo fora de nós em sentido ontológico, e não meramente representacional. Defendo, antes, que especificamente ao debater com o autor do QP na edição da *Crítica* de 81, Kant fornece indicações claras de que a refutação desse adversário não envolve ou exige nenhuma prova de que a coisa em si existe. Mais que isso, parece deixar claro que a questão dessa existência, não merecendo ser enfrentada aqui, justamente na discussão com um cético ontológico, como o é o cético cartesiano, não merece a rigor ser enfrentada em parte alguma, sendo assim, aparentemente, uma questão filosoficamente irrelevante ou mal formulada. Em resumo, isso tudo leva a crer que, para o Kant *dessa debate*, a existência ou inexistência da coisa em si é irrelevante para o funcionamento do sistema gnosiológico do idealismo transcendental⁸.

Pois bem, se é correto o diagnóstico acima sobre a circunstância de a expressão “fora de nós” ser tomada na acepção ontológica, podemos resumir tudo afirmando o seguinte: para o Kant do QP de 1781, as seguintes proposições cétricas e cartesianas 1) “a existência das coisas fora de nós é duvidosa” e 2) “minha existência independe da existência das coisas fora de mim”, são proposições que têm um valor de verdade plenamente decidível. Assim, se fosse o caso de Kant formular uma objeção contra essas teses, essa objeção não seria crítica, mas sim dogmática. É que não se trata aqui de modo algum de suspender o juízo sobre a matéria declarando nossa ignorância sobre “a natureza da coisa que está em questão”. Trata-se de, dogmaticamente, condenar essas teses à falsidade ou de as confirmar em sua veracidade. Ora, no caso específico, como vimos, essas proposições são para Kant verdadeiras. É claro que “ser dogmático” aqui, ou admitir “conhecer melhor do que a parte adversa a natureza da coisa que está em questão”, não significa defender ingenuamente que conhecemos a natureza da coisa em si. Significa apenas

conhecer que o Eu cognoscente não precisa saber se as coisas fora de nós em sentido absoluto existem ou não existem para ter consciência de si e percepção imediata do mundo externo, que é fenomênico.

De resto, um breve comentário sobre o estado da questão quando Kant pretende refutar o idealista cartesiano na versão final desse debate, isto é, na seção intitulada “Refutação do Idealismo” presente na Analítica dos Princípios da *Crítica* de 87. Deixando de lado aqui questões de método e considerando apenas o problema do objetivo de Kant quanto ao projeto refutativo, duas linhas interpretativa digladiam-se.

A primeira delas, defensora da continuidade em 87 do encaminhamento dado ao tema por Kant no QP de 81, sustenta que provar, contra o idealista cartesiano, a existência das coisas fora de nós só pode consistir em provar a existência de representações de algo como ocupando um lugar no espaço, e que as duas versões da Refutação, de 81 e 87, diferem apenas quanto a clareza e estratégia. Um dos trunfos dessa interpretação é, justamente, a referência à espacialidade do “fora de nós” na própria formulação kantiana do teorema a ser demonstrado: eu cito Kant: “a simples consciência, mas empiricamente determinada, de minha própria existência prova a existência de objetos no *espaço* fora de mim”. Sendo o espaço uma representação, assim também o seriam os objetos nele, cuja existência se trataria de provar.

Para a segunda linha interpretativa, o objetivo de Kant na nova versão é o de demonstrar não apenas a existência de representações fenomênicas espaço-temporais, justamente porque essas são “meras representações”, mas antes e sobretudo a existência daquilo de que essas representações são representações, isto é, e existência de algo que, enquanto tal, é eminentemente não-representacional. Com efeito, Kant parece apontar para essa direção quando afirma que se trata aqui de provar a existência de “uma coisa exterior a mim, e não a simples representação de uma coisa exterior a mim”, porque, como defende no texto da refutação, toda representação é inevitavelmente impermanente, ou temporalmente fugaz, motivo pelo qual não pode funcionar como o permanente relativamente ao qual podemos tomar consciência dos nossos estados representacionais. É nesse sentido que a nota correspondente à Refutação no Prefácio B confirma que o que está em questão na refutação do idealismo é “algo de permanente que tem que ser uma coisa diferente de todas as minhas representações e exterior a mim”.

Por interessante e rico que seja o debate, terei que o evitar por óbvias questões de tempo e espaço, e gostaria apenas de o considerar sumariamente segundo o ponto de vista que aqui nos interessa, o da classificação das objeções kantianas. E desse ponto de vista, há apenas duas considerações a fazer.

Primeira. Se adotarmos a primeira linha interpretativa, a saber, a de que a expressão “fora de nós” que ocorre no silogismo da idealidade proposto pelo idealista cartesiano deve ser entendida também na refutação de 1787 na acepção fenomenista de “algo representado no espaço”, evidentemente repete-se a conclusão anterior: a objeção kantiana ao interlocutor assim construído não é crítica, porque não sugere apenas a suspensão de um juízo por falta de

critérios de decidibilidade. É uma objeção dogmática, porque defende que é decidivelmente falso afirmar que minha própria existência (não hipostasiada, bem entendido) pode ser independente da existência de minhas representações espaciais.

A novidade relativamente a 1781 surge quando consideramos a segunda linha interpretativa, a saber, a de que, segundo o Kant de 87, o idealista cartesiano emprega em seu silogismo a expressão “fora de nós” no chamado sentido ontológico. Vimos que no QP de 81 a resposta implícita de Kant é que, se assim for tomado o “fora de nós” (ontologicamente), o silogismo da idealidade não será um paralogismo, mas sim um raciocínio, além de consistente, verdadeiro em sua conclusão. Noutros termos, aparentemente é, para o Kant de 81, não apenas decidível, mas também correto afirmar que a existência ou inexistência da coisa em si - nos seus termos: desse “fundamento transcendental dos fenômenos” - é irrelevante para a determinação de nossa própria existência, ou que podemos sim ter consciência de nós mesmos ainda que não exista nada de extra-representacional em sentido absoluto. Mas se adotarmos agora a interpretação não-fenomenista da Refutação de 1787, segundo a qual a única acepção possível para a expressão “fora de nós” é a acepção ontológica, o resultado é inverso. Kant teria provado que há algo absolutamente fora de nós, em sentido extra-representacional, pois, caso contrário, seria impossível termos consciência de nossa própria existência empiricamente determinada, o que entretanto é um fato indubitável. Portanto, mais uma vez aqui, a objeção ao idealista cartesiano não é meramente crítica. O enunciado segundo o qual eu mesmo, ou melhor “minha consciência de meus estados internos pode existir sem que exista algo em si mesmo e absolutamente externo a mim” é um enunciado decidivelmente falso, e não um enunciado meramente infundável e apenas criticamente objetável.

Para concluir. Pretendi mostrar aqui que todas as vezes em que o Kant crítico se dedica a refutar o ou objetar ao idealista cartesiano (e vimos que Kant não o refuta sempre, às vezes concorda com ele), Kant não o refuta através de objeções críticas, que recomendam a suspensão dos juízos. Refuta-o dogmaticamente demonstrando a falsidade das suas conclusões. É claro que “dogmaticamente” não significa aqui “à maneira do dogmatismo” anti-crítico. Significa, nos termos do Prefácio, (i) “de maneira demonstrativa”, (ii) “a partir de princípios a priori”, (iii) visando ao “estabelecimento de uma metafísica rigorosamente fundada” (BXXXV/XXXVI). Isso parece apenas confirmar que o idealista cartesiano, mais precisamente, o Descartes que pára na indubitabilidade do “Eu penso, Eu sou”, é, até o final do estabelecimento da doutrina kantiana, um personagem essencialmente problemático e desafiador. Porque ele não pertence, como Kant chegou a supor nos Paralogismos de 81, ao grupo dos realistas transcendentais que pretendem, de modo um tanto caricatural, saber mais do que podem. O idealista cartesiano propriamente interpretado, portanto, antes de qualquer hipóstase do Eu pensante, sabe muito menos do que Kant. Por isso, é essencialmente no diálogo com ele que o desconstrutor do dogmatismo precisa, não sem riscos, se fazer dogmático. Esse idealista do qual o Kant também idealista precisa, sob todos os riscos óbvios, se distinguir, observa então, crítico, desconfiado e confortável, o kantismo se aventurando em nada menos do que uma demonstração da existência do mundo externo.

RESUMO: O presente artigo é um comentário do projeto kantiano de refutação do idealismo com foco especial no Quarto Paralogismo de ambas as edições da *Crítica da Razão Pura*, intitulado “Paralogismo da Idealidade (da relação externa)”. Nele defendo que, ao contrário do que se aceita consensualmente, e ao contrário do que Kant explicitamente defende na sua classificação qualitativa do gênero argumentativo que ele chama de “objeção”, que encontramos na seção da *Crítica* intitulada “Reflexões sobre o conjunto da psicologia pura em consequência destes paralogismos”, a objeção da *Crítica* ao autor dos Paralogismos não é, unanimemente, uma objeção crítica. Mais precisamente: considerado o conjunto da reflexão kantiana sobre o tema central do Quarto Paralogismo (QP), a objeção kantiana ao seu autor, isto é, ao chamado idealista cartesiano, ou idealista problemático, é uma objeção dogmática. Com isso quero dizer que, para Kant, nunca se tratou *apenas* de provar que a prova da tese idealista do QP é sem fundamento. Não apenas a refutação que encontramos no QP, mas o conjunto da reflexão kantiana contra o idealismo envolve uma defesa explícita de que a tese idealista sobre a existência do mundo externo é uma proposição que tem valor de verdade determinável. Ela é, num certo sentido, verdadeira, num certo sentido, falsa, dependendo tanto do texto kantiano que tomamos por base - se a Refutação de 81 ou a de 87 -, quanto da aceção em que se toma a expressão “mundo externo”, ou “coisas fora de nós” no primeiro desses textos. Em todo caso, ela não é jamais uma proposição indecidível. O motivo pelo qual Kant não pode suspender seu juízo acerca do conteúdo da conclusão do silogismo da idealidade é que esta conclusão, dependendo de como são tomados os seus termos, ou bem nega, ou bem confirma diretamente toda a teoria da objetividade do idealismo transcendental.

PALAVRAS-CHAVE: Idealismo, Refutação, Idealismo cartesiano, Objeção crítica, Objeção dogmática

ABSTRACT: This paper is a commentary on Kant's general enterprise of a refutation of idealism and its chief focus is the Fourth Paralogism of both first and second editions of the Critique of Pure Reason. I argue that, in contrast to the mainstream interpretation and even to what Kant explicitly states on his account of the kinds of “objection” laid out at the section of the First Critique entitled “Observation on the sum of the pure doctrine of the soul, following these Paralogisms”, the Critique's objection to the author of the Fourth Paralogism is not, without restriction, a *critical* objection. More precisely, considering the ensemble of Kant's reflection on the main subject of the Fourth Paralogism, Kant's objection to its author, named Cartesian – or problematic idealist, is a *dogmatic* objection. In other words, Kant never meant to prove only the inconsistency of the proof of the idealistic thesis. Moreover, not only the refutation that takes place at the Fourth Paralogism, but also the whole set of Kant's arguments against idealism are committed to the explicit contention that the idealistic thesis about the existence of the external world is a proposition endowed with a determinable truth-value. Namely, it is in a sense true, and in a sense false, depending on the text under consideration – whether the 81's or the 87's refutation – as well as on the sense in which the expressions “external world” and “things outside us” are taken in the first text. In any event, it is never an undecidable proposition. The reason why Kant cannot suspend the judgment contained in the conclusion of the idealistic syllogism is that this conclusion, depending on the sense in which its terms are taken, either denies or directly confirms the crux of the objectivity theory of transcendental idealism.

KEY-WORDS: Idealism, Refutation, Cartesian idealism, Critical objection, Dogmatic objection.

NOTAS / NOTES

1 Este artigo foi produzido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

2 Pedro Costa Rego é Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), membro permanente do Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica (PPGLM/UFRJ), pesquisador bolsista do CNPq, especialista e autor de diversos artigos em estética, metafísica e epistemologia kantianas. Entre seus trabalhos consta o livro “A improvável unanimidade do belo: sobre a estética de Kant” (2002).

Pedro Costa Rego is Associate Professor at Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) – Postgraduate Program Logic and Metaphysics (PPGLM) and researcher of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). Among his research interests are Kant's metaphysics, aesthetics, ethics and epistemology. He is the author of several works on Kant's philosophy, including the book “A improvável unanimidade do belo: sobre a estética kantiana” (2002).

4 Como referência para as citações da *Crítica da Razão Pura* (CRP), utilizarei a edição da Felix Meiner: *Kritik der Reinen Vernunft*, Hamburg, 1990, seguindo, na maior parte das vezes, a tradução de Santos e Morujão (Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008). Como é praxe, indicarei no corpo do texto apenas a paginação das edições originais de 1781 e 1787, A e B respectivamente.

5 Antes de justificar isso, uma observação. Acredito que o interesse central de Kant com essa reestruturação tenha sido o de nivelar o tratamento dos quatro Paralogismos, o que envolveu exportar para a Analítica a heterogênea e incômoda figura de um idealista mais sutil, nos termos de Kant, um idealista problemático, de que Kant precisa, entretanto, se distinguir muito claramente. O resultado foi que o novo QP apareceu completamente subordinado ao Primeiro, com o qual, de resto, o Segundo e o Terceiro Paralogismos sempre estiveram alinhados. Com isso, o interlocutor da Dialética quanto ao tema do sujeito, ou da alma, passa a ser um e o mesmo. Em resumo, é porque ele, racionalista dogmático segundo Kant, julga lícito inferir da mera unidade lógica do ato de pensar a unidade substancial e cognitivamente acessível de uma *res* que pensa, é precisamente e tão somente por isso que ele também julga lícito proceder à conclusão de que essa *res*, essa substância, é simples (Segundo Paralogismo), idêntica (Terceiro Paralogismo) e persistente além da vida corpórea (Quarto Paralogismo).

6 Mendelssohn, nas *Morgenstunden*, chama Kant de *Alleszermalmer*; Garve e Ebenhart acusam o idealismo transcendental de berkeleyanismo; Friedrich Staüdlin publica uma obra pictórica em 1794 em que Kant aparece ao lado de Hume, ambos encarando o chamado “espírito do ceticismo”; Feder, nas intervenções que deu na recensão de Garve sobre a CRP, chamou Kant de representacionista diletante; Jacobi surpreendeu-se em ver Kant pressupor mas não assumir a ontologia da coisa em si no seu idealismo e lançou seu famoso anátema de inconsistência do sistema; Hamann chamou Kant de Hume prussiano; para Harold Prichard, o Kant de 81 é um cético cartesiano *malgré lui* etc. etc. etc. (Cf. BOUTON, C. “Peut-on réfuter l’idéalisme?”, pp.77-88; FERRARI, J. “La recension Feder-Garve de la Critique de la raison pure, 1782”, pp.57-65. In: *Années 1781-1801. Kant. Critique de la raison pure. Vingt ans de réception. Actes du 5e Congrès International de la Société d’études kantienne de langue française, Montréal, 27-29 septembre 2001*, Paris, J. Vrin 2002.

7 Discuto cada um deles em detalhe no artigo “Fenomenismo, realismo e as coisas for a de nós: Kant contra o idealista material”. *Analytica*, v17, n2, 2013 p.325-354.

8 Uma breve observação sobre esse ponto: é provavelmente levando em consideração texto kantianos com esse teor e acento que a maioria dos intérpretes do kantismo que conhecem o famoso anátema que Jacobi lança contra ele se apressam em defender que Jacobi erra ao afirmar, na primeira parte de sua sentença, que não se pode entrar no sistema kantiano sem a coisa em si. Alinhados com o tom de Kant no QP A, essa maioria defende que o sistema kantiano pode depender, no máximo, de que se *pressuponha* a existência da coisa em si, mas não de que ela efetivamente exista, e assim pretende desconstruir o paradoxo de Jacobi sem precisar chegar à segunda parte de sua sentença: “não se pode permanecer no sistema kantiano com a coisa em si” – uma vez que não se poderia pretender provar sua existência sem atentar contra o princípio crítico fundamental. Para o anátema de Jacobi: Jacobi F. *David Hume üben den Glauben, oder Idealismus und Realismus. Ein Gespräch*. In: *Werke II*. Leipzig 1815, 304: „*Ich wurde unaufröhlich darüber irre, dass ich ohne jene Voraussetzung (des affizierenden Dinges an sich) in das System nicht hineinkommen, und mit jener Voraussetzung darin nicht bleiben konnte*“.

Recebido / Received: 14.12.16

Aprovado / Approved: 01.02.17

